

ATA N.º 4/2024
4.ª Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos
21 de fevereiro de 2024

ÍNDICE

I	ABERTURA	1
II	PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO	1
III	PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
	INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE	3
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ALEXANDRE NUNES	4
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PEDRO MOREIRA	4
	VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ALEXEI NAVALNY	5
IV	ORDEM DO DIA	6
	ORDEM DO DIA	6
	PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE	6
	EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA PONTA DA PIEDADE – REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TROÇO DE COSTA ENTRE O FAROL DA PONTA DA PIEDADE E A PRAIA DO PINHÃO – COMPONENTE 2": PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 18/06/2024 (15 DIAS)/ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS/APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES – RATIFICAÇÃO	6
	EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA PONTA DA PIEDADE – REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TROÇO DE COSTA ENTRE O FAROL DA PONTA DA PIEDADE E A PRAIA DO PINHÃO – COMPONENTE 2": APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL.....	8
	OA – ORDEM DOS ARQUITECTOS - PRÉMIO DE ARQUITETURA DO ALGARVE, 3.ª EDIÇÃO, 2023 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO	8
	EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DA EB1 + JI DA VILA DA LUZ" – LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO – VISTORIA 2 ANOS – RECEÇÃO DEFINITIVA DOS EQUIPAMENTOS - RATIFICAÇÃO	9
	ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A DELEGAÇÃO DE LAGOS DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – RELATÓRIO 2023 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ABRIGO DO N.º 3, DA CLÁUSULA SEGUNDA	9
	DELIBERAÇÃO N.º 13/2024 – RETIFICAÇÃO.....	10
	PROPOSTAS SUBSCRITAS PELA SENHORA VEREADORA SARA COELHO	10
	CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2023/2024 – DECISÃO FINAL.....	10
	PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR VEREADOR ALEXANDRE NUNES	11
	3 DE JUNHO – DIA MUNDIAL DA BICICLETA.....	11
	APROVAÇÃO DE ATA	13
	ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE JANEIRO DE 2024.....	13
V	ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO	13
VI	ENCERRAMENTO	13
	ATA EM MINUTA	13



Handwritten initials/signature in the top right corner.

ATA N.º 4/2024

4.ª Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

21 de fevereiro de 2024

ABERTURA

PRESENCAS

Presidente Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
Vereadores Sara Maria Horta Nogueira Coelho
Luís Alberto Bandarra dos Reis
Sandra Maria Almada de Oliveira
Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira
Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes

Estiveram ainda presentes para secretariar a reunião Maria da Conceição Pacheco Centeno Santa Clara Gomes, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição coadjuvada pelo Assistente Técnico, Tiago Freire.

A Senhora Vereadora Sara Coelho, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião pelas 15 horas e 7 minutos.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS A Câmara, por votação nominal, deliberou, por **unanimidade**, considerar justificada a falta do Senhor Vice-Presidente. **(Deliberação n.º 45/2024)**

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO

Declarado aberto o período para intervenção do público, intervieram os seguintes cidadãos:

Joaquina Rosa Emília Morte Silva (Ficha de Participação n.º 13057/2024) disse ter um assunto por responder apresentado anteriormente em reunião de Câmara, relativamente à falta de pressão de água na sua residência. Disse ter sido informada da solução para o seu problema, que requeria uma intervenção em propriedades privadas próximas e que o encargo financeiro

seria da sua conta.

Mónica Filipa Viana (Ficha de Participação n.º 13064/2024) referiu que foi notificada com uma ordem de remoção, por causa da existência de um reboque associado a uma edificação móvel que se encontra na propriedade dos seus pais. Disse que, para além da ordem de remoção, a notificação pedia um levantamento topográfico da construção existente, no prazo de quinze dias, solicitando ainda uma extensão deste prazo. Referiu a existência de uma construção de habitação sem licença onde um familiar reside e disse que estaria disposta a licenciar esta edificação se fosse necessário. Perguntou ainda o ponto de situação dos concursos de habitação social.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que os resultados dos concursos de habitação deverão estar disponíveis no mês de março e referiu a relação díspar entre o número de inscritos e o número de habitações disponíveis.

ENTRADA DO SENHOR PRESIDENTE Quando eram 15 horas e 20 minutos, o Senhor Presidente entrou na sala e passou de imediato a presidir a reunião.

O **Senhor Presidente** relativamente à munícipe Mónica Filipa Viana e Joaquina Rosa Emília Morte Silva disse que os serviços iriam averiguar a situação oportunamente.

Pedro Jorge Cabral Rodrigues (Ficha de Participação n.º 13069/2024) referiu a última sessão da Assembleia Municipal de Lagos, questionou o porquê da falta de transmissão por vídeo em direto das reuniões de Câmara e perguntou se será implementado neste mandato. Referiu a falta de alojamento temporário para trabalhadores sazonais, nas épocas altas do verão e perguntou se a Câmara tem alguma solução ou estudo para abordar esta situação. Referiu o estado degradado da Igreja de São Sebastião e perguntou o ponto de situação. Solicitou uma apreciação da qualidade e do serviço prestado pela empresa encarregue da limpeza urbana e manifestou descontentamento com as multas emitidas a empresários locais que tentavam promover a sua atividade económica na época baixa através de cartazes em locais considerados indevidos.

O **Senhor Presidente** informou que não existe decisão definitiva ou data prevista para iniciar as transmissões por vídeo das reuniões de Câmara. Informou que a habitação para os munícipes residentes em Lagos tem prioridade sobre o alojamento temporário para trabalhadores sazonais e que a Câmara não tem solução para este problema. Informou que empresas de grandes dimensões têm feito esforços no sentido de reforçar o alojamento temporário para trabalhadores através de alugueres e da disponibilização de quartos de hotel na indústria hoteleira. Informou que a Igreja de São Sebastião é gerida em conjunto pelo Estado e pela Igreja, com o Município

de Lagos como parceiro, que não tem competência para efetuar intervenções no edifício sem parecer favorável das outras duas entidades. Informou que já foi feito um estudo prévio para avaliar a condição da Igreja de São Sebastião e que é necessário um acordo assinado entre as três entidades para efetuar intervenções. Informou que existe um acordo do Estado Central que declara as prioridades dos patrimónios a investir em cada região, sendo os três mais prioritários em Lagos, as Muralhas da cidade, o Forte Ponta da Bandeira e a Igreja de São Sebastião, e que o Município está disposto a comparticipar parcialmente a despesa das intervenções nestes imóveis. Informou que a limpeza urbana no município é eficiente e indicou que existem problemas com a empresa ALGAR e a recolha de resíduos durante o verão. Informou ainda que a limpeza urbana não inclui os grafitis e que muitos destes encontram-se em propriedades privadas.

ENTRADA DA SENHORA VEREADORA SANDRA OLIVEIRA Quando eram 15 horas e 33 minutos, a Senhora Vereadora Sandra Oliveira entrou na sala e passou de imediato a participar nos trabalhos da reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações do Presidente

De seguida, o Senhor Presidente apresentou a relação dos assuntos mais relevantes da atuação do executivo municipal em regime de tempo inteiro, no período decorrido desde a última reunião de Câmara: **1.** Reunião de trabalho sobre a Implementação das Estratégias Locais de Habitação e dos Contratos Programa com o IHRU, CCDRALgarve – Faro (9 de fevereiro de 2024); **2.** “O Dia em que Bach tomou café em Odiáxere”, Organização: Questão Repetida – Centro Cultural de Lagos (9 de fevereiro de 2024); **3.** XXIV Festival Al-Mutamid “AL Maran”, Centro Cultural de Lagos (10 de fevereiro de 2024); **4.** Concerto de Carnaval, pela Orquestra do Algarve e Maestro Niels Erik Maseidvag, Centro Cultural de Lagos (11 de fevereiro de 2024); **5.** XXVIII Carnaval de Odiáxere – Largo do Moinho (13 de fevereiro de 2024); **6.** Almoço no Núcleo de Lagos da Liga dos Combatentes (14 de fevereiro de 2024); **7.** 50.ª Edição da Volta ao Algarve em Bicicleta, Avenida dos Descobrimentos (14 de fevereiro de 2024); **8.** Concerto de Carmen Danen, Clube Artístico Lacobrigense (14 de fevereiro de 2024); **9.** Inauguração da 8.ª Mostra “Silves Capital da Laranja” Fissul, Silves (16 de fevereiro de 2024); **10.** Abertura do 3.º Congresso do Cancro da Mama do Algarve, Hotel Vila Galé Lagos (16 de fevereiro de 2024); **11.** Dário Guerreiro “Pequeno Problema”, Centro Cultural de Lagos (17 de fevereiro de 2024); **12.** 28.º Corta Mato

de Barão São João, integrado no 22.º Circuito Concelhio "Cidade de Lagos" em Atletismo – Entrega de prémios, Parque de Merendas, Mata de Barão S. João (18 de fevereiro de 2024); **13.** Campeonato Nacional de Andebol Sub18 - CDES Gil Eanes x C Vela de Tavira, Pavilhão Escola Gil Eanes (18 de fevereiro de 2024); **14.** Wine & Travel Week - Porto (19 e 20 de fevereiro de 2024); **15.** Conferência "Comunidades de Energia_Algarve", organizado por AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve, Universidade do Algarve (21 de fevereiro de 2024).

Intervenção do Senhor Vereador Alexandre Nunes

O Senhor Vereador Alexandre Nunes apresentou os seguintes assuntos:

1. Eletrificação Linha Algarve – perguntou se existia alguma previsão para o término da eletrificação da linha ferroviária.

O **Senhor Presidente** informou que ocorreu uma prorrogação de prazo e não tem a certeza da data de término.

2. Ecovia – perguntou quando estará terminada esta fase da Ecovia e se existe alguma previsão para o término da restante.

O **Senhor Presidente** informou que a fase atual da empreitada está quase pronta e que existem problemas na ligação do trajeto ao concelho vizinho e à Avenida dos Descobrimentos.

3. Terreno para habitação – referiu uma informação do Senhor Presidente acerca da aquisição de um terreno para a construção de habitação e pediu esclarecimentos.

O **Senhor Presidente** informou que a Estratégia Local de Habitação foi elaborada com os terrenos que se encontravam disponíveis na altura e que com o decorrer do tempo o número de munícipes inscritos para habitação aumentou levando à necessidade de ajustar a Carta Municipal da Habitação e a Estratégia Local da Habitação. Informou ainda que existem terrenos ainda envolvidos em negociações que poderão eventualmente ser utilizados para reforçar a construção de mais habitações.

4. Água – perguntou se a medida de redução da pressão vai ser monitorizada caso a caso, se será geral ou se haverá condições de controlar a redução sectorialmente de forma adequada.

O **Senhor Presidente** informou que de acordo com a Águas do Algarve, S.A., por imposição do Ministério do Ambiente, caso não ocorra redução efetiva do consumo de água, poderão ser adotadas medidas como a redução de pressão de água e cortes de abastecimento.

Intervenção do Senhor Vereador Pedro Moreira

O Senhor Vereador Pedro Moreira apresentou os seguintes assuntos:

1. Água em Barão de São João – disse ter recebido queixas de proprietários de quintas relativamente a uma fonte que foi fechada e que era utilizada devido à falta de água nos poços e

furos nas quintas. Solicitou o funcionamento, mesmo que limitado, da fonte, para abastecer os agricultores.

O **Senhor Presidente** informou que os furos em Barão de São João são monitorizados pela Agência Portuguesa do Ambiente e pela Águas do Algarve, S.A. e que devido à falta de chuva e consumo constante a água infiltrada acaba por diminuir. Informou ainda que a Câmara e a Junta de Freguesia estão a averiguar a situação da fonte devido a consumos excessivos.

2. Calçada Forte Pau da Bandeira – manifestou descontentamento com o estado das pedras de calçada junto ao Forte Pau da Bandeira e indicou um armazenista de pedras perto de Odiáxere que poderia fornecer material.

O **Senhor Vereador Luís Bandarra** informou que as pedras já se encontram armazenadas e que se aguarda oportunidade para as instalar. Informou ainda que existe uma carência de recursos humanos para executar este trabalho.

3. Cisternas – perguntou o ponto de situação da Proposta n.º 279/2022, aprovada na reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022.

O **Senhor Presidente** informou que o assunto encontra-se nos serviços municipais e que iria averiguar o ponto de situação.

4. Grafitis – referiu a utilidade da videovigilância na prevenção e redução de atos de vandalismo e grafitis e apelou à sua implementação o quanto antes.

O **Senhor Presidente** informou que o processo da videovigilância está a progredir e que poderá dissuadir certos crimes dependendo da sua localização.

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ALEXEI NAVALNY O Senhor Vereador Pedro Moreira apresentou o Voto de Pesar pelo falecimento de Alexei Navalny que a seguir se transcreve:

"Voto de Pesar

Alexei Navalny, cidadão russo e ativista político com 47 anos, morreu na última sexta-feira vítima de um Estado totalitário, arbitrário e assassino liderado por Vladimir Putin.

Junta-se no destino a centenas de outras vítimas, jornalistas, políticos ou simples cidadãos comuns que ousaram levantar a voz em defesa da Liberdade e da Democracia num país onde estes conceitos são uma distante miragem.

A sua vida de luta política, os valores que defendia e o seu sacrifício serão lembrados.

Desprezando a sua segurança pessoal e integridade física, preferiu de forma corajosa e altruísta, enfrentar as injustiças do Estado russo na sua pátria em vez de o fazer a partir de outro local mais seguro.

Pagou por isso, primeiro com a sua liberdade e depois com a própria vida.

Diz-se que os Heróis não morrem. O seu exemplo inspirador continuará a ressoar nos pensamentos e ações de todos os que lutam e anseiam por viver num país livre, que respeite os direitos humanos e os princípios da democracia.

Alexei Navalny, com o seu sacrifício inspira todos aqueles que se tentam libertar das cadeias da opressão de Estado, almejando um país mais justo, mais livre e mais democrático.

A Câmara Municipal de Lagos lamenta profundamente este desfecho trágico, de alguém que lutou até onde o deixaram pela Liberdade e Democracia.”

A Câmara, por votação nominal, deliberou por **unanimidade**, aprovar o Voto de Pesar.

(Deliberação n.º 46/2024)

INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO Quando eram 16 horas e 30 minutos, o Senhor Presidente declarou interrompidos os trabalhos da reunião para um pequeno intervalo, tendo os mesmos recomeçado pelas 17 horas, com a presença da totalidade dos membros.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA A Câmara, por votação nominal, deliberou fazer constar que aceitou, por **unanimidade**, e em minuta, proceder à apreciação de todos os assuntos que foram objeto de deliberação na presente reunião.

(Deliberação n.º 47/2024)

PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE

EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DA PONTA DA PIEDADE – REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TROÇO DE COSTA ENTRE O FAROL DA PONTA DA PIEDADE E A PRAIA DO PINHÃO – COMPONENTE 2”: PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 18/06/2024 (15 DIAS)/ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS/APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES – RATIFICAÇÃO

Proposta n.º 29/2024, de 31 de janeiro:

*“No âmbito da empreitada em epígrafe, **proponho** a ratificação do meu despacho, de 31 de janeiro de 2024, abaixo transcrito, proferido sobre a Informação n.º 44014, de 21 de dezembro de 2023, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas:*

«Nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro (CCP), dou a minha concordância ao proposto na Informação n.º 44014, de 21 de dezembro de 2023, da DEPE, decidindo:

- 1. Prorrogar o prazo contratual da empreitada em epígrafe, até ao dia 18 de junho de 2024 (15 dias), nos termos do n.º 1 do artigo 374.º do CCP, devendo a revisão de preços ser calculada com base no Plano de Pagamentos reajustado conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.*
- 2. Aceitar trabalhos a menos, no montante de 4 065,87 EUR (quatro mil, sessenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), acrescido do IVA, cujo montante será deduzido ao preço contratual nos termos previstos no n.º 2 do artigo 379.º do CCP.*
- 3. Aprovar os trabalhos complementares, no montante de 100 875,86 EUR (cem mil, oitocentos e setenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido do IVA, com os fundamentos expressos na documentação em análise e em cumprimento do artigo 370.º do CCP.*
- 4. Notificar o adjudicatário do decidido em 1., 2. e 3., bem como para no prazo de 15 dias, apresentar novos Planos de Trabalhos, de Mão-de-Obra, de Equipamentos e Cronograma Financeiro.*
- 5. Notificar, ainda, o empreiteiro, para, no prazo de 10 dias, prestar caução no montante de 5 043,79 EUR (cinco mil, quarenta e três euros e setenta e nove cêntimos), excluindo o IVA, correspondente a 5% do valor dos trabalhos complementares, cumprindo o disposto nos artigos 89.º e 90.º do CCP.*
- 6. Remeter o processo à Divisão Jurídica – Serviço de Contratos para os efeitos previstos no artigo 375.º do CCP.*
- 7. Dar conhecimento à empresa de Fiscalização Externa e Coordenação de Segurança em Obra, Pmt – Coordenação e Gestão de Projetos, Lda., e, ainda, dar conhecimento ao Gestor do Contrato, Bizfuture Services, Lda., do decidido em 1., 2. e 3., bem como à Divisão de Gestão de Fundos de Financiamento, Empreendedorismo e Turismo.*

A presente decisão, constituindo uma competência da Câmara, está sujeita a ratificação, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e foi tomada face à urgência de que a mesma se reveste.

À Reunião de Câmara para ratificação.»”

O **Senhor Vereador Alexandre Nunes** disse estranhar as falhas neste projeto apesar das várias entidades envolvidas e disse que estes erros deveriam ser imputados aos responsáveis.

O **Senhor Vereador Pedro Moreira** manifestou preocupação com o novo prazo da obra, em junho, por coincidir com o verão e será inconveniente limitar o acesso ao público.

O **Senhor Presidente** informou que são pequenos acertos que não impedirão o acesso ao público. Informou que os pilaretes instalados eram indesejados, mas necessários devido ao uso indevido da ciclovía como zona de estacionamento.

O **Senhor Vereador Alexandre Nunes** solicitou acesso aos dados dos contadores do passadiço da Ponta da Piedade.

O **Senhor Presidente** informou que seriam fornecidos.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 48/2024)

EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA PONTA DA PIEDADE – REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TROÇO DE COSTA ENTRE O FAROL DA PONTA DA PIEDADE E A PRAIA DO PINHÃO – COMPONENTE 2": APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL

Proposta n.º 47/2024, de 16 de fevereiro:

"Considerando:

- *A necessidade de no contrato de empreitada, celebrado em 19 de janeiro de 2023, com a sociedade "MANUEL ANTÓNIO & JORGE ALMEIRA – CONTRUÇÕES S.A.", serem contratados os trabalhos complementares e trabalhos a menos descritos na Informação n.º 44014, de 21 de dezembro de 2023, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas;*

- *A aprovação destes trabalhos por despacho do Senhor Presidente, de 31 de janeiro de 2023.*

- *Que, nos termos analisados pela Informação n.º 6010, de 15 de fevereiro de 2024, elaborada pelo Serviço de Contratos da Divisão Jurídica, esta formalização tem de ser reduzida a escrito.*

*Nestes termos, **proponho** a aprovação da minuta do contrato em anexo à Informação n.º 6010, de 15 de fevereiro de 2024, do Serviço de Contratos da Divisão Jurídica."*

A Câmara, em cumprimento da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 49/2024)

OA – ORDEM DOS ARQUITECTOS - PRÉMIO DE ARQUITETURA DO ALGARVE, 3.ª EDIÇÃO, 2023 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

Proposta n.º 35/2024, de 1 de fevereiro:

"Considerando a solicitação efetuada pela Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, através de Email com registo n.º 73362, de 6 de dezembro de 2023, para apoio à realização da 3.ª Edição do Prémio de Arquitetura do Algarve, a relevância dos objetivos adstritos à criação deste prémio, nomeadamente a promoção e incentivo à qualidade arquitetónica, a dignificação da imagem urbana e a valorização e salvaguarda do património do Algarve, a franca adesão de participantes demonstrada aquando das edições anteriores, que apoiámos inequivocamente, e o facto da cerimónia de atribuição de galardões ter lugar em

Lagos, **proponho** a renovação do apoio do Município de Lagos à OA – Ordem dos Arquitectos, através da atribuição de um subsídio, no valor de 2 000,00 EUR (dois mil euros).”

A Câmara, ao abrigo do disposto na alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 50/2024)

EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DA EB1 + JI DA VILA DA LUZ” – LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO – VISTORIA 2 ANOS – RECEÇÃO DEFINITIVA DOS EQUIPAMENTOS - RATIFICAÇÃO

Proposta n.º 43/2024, de 7 de fevereiro:

“No âmbito da empreitada em epígrafe, **proponho** a ratificação do meu despacho, de 7 de fevereiro de 2024, abaixo transcrito, proferido sobre a Informação n.º 5056, de 6 de fevereiro de 2024, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas:

«Em conformidade com Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (CCP), dou a minha concordância aos documentos anexos, recebendo definitivamente os equipamentos da empreitada em epígrafe e promovendo a liberação da caução nos termos propostos na informação da DEPE em referência.

A presente decisão, constituindo uma competência da Câmara, está sujeita a ratificação, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e foi tomada face à urgência de que a mesma se reveste.

À Reunião de Câmara para ratificação»”.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 51/2024)

ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A DELEGAÇÃO DE LAGOS DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – RELATÓRIO 2023 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ABRIGO DO N.º 3, DA CLÁUSULA SEGUNDA

Proposta n.º 44/2024, de 14 de fevereiro:

“Considerando a Informação n.º 3526, de 26 de janeiro de 2024, do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura – Divisão de Educação, Juventude e Desporto, a qual:

- Apresenta em documento anexo o relatório da Delegação de Lagos da Cruz Vermelha Portuguesa, validado pelos serviços municipais, referente à prestação de assistência e participação nas iniciativas e ações promovidas ou apoiadas pela Autarquia no 4.º trimestre de

2023, no âmbito do Acordo de Colaboração existente com o Município de Lagos.

- Refere que a despesa ocorrida pela prestação dos serviços mencionados perfaz o valor de 8 757,59 EUR (oito mil setecentos, cinquenta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos) e representa um excedente ao valor previsto no Acordo de Colaboração.
- Refere ainda que, de acordo com o disposto no n.º 3, da cláusula segunda do Acordo, verificando-se que os apoios prestados são de valor superior ao previsto, o Município deverá atribuir à Delegação de Lagos da Cruz Vermelha Portuguesa um subsídio de valor correspondente.

Considerando que a Divisão Financeira emitiu a correspondente informação de disponibilidade de fundos e de dotação orçamental para a assunção da despesa em causa.

Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 8 757,59 EUR (oito mil setecentos, cinquenta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos) à Delegação de Lagos da Cruz Vermelha Portuguesa, nos termos da supracitada informação.”

A Câmara, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 52/2024)

DELIBERAÇÃO N.º 13/2024 – RETIFICAÇÃO

Proposta n.º 46/2024, de 15 de fevereiro:

“Considerando a Informação n.º 6141, de 15 de fevereiro de 2024, do Gabinete da Presidência, que dava conhecimento de que na sequência da Deliberação n.º 13/2024, tomada na reunião de Câmara de 24 de janeiro de 2024, que aprovou a proposta de constituição de fundos de maneiio para o ano de 2024, se verificou um lapso na indicação da rubrica orçamental relativa ao fundo de maneiio a disponibilizar ao Departamento de Modernização Administrativa e Financeira e nessa sequência sugeria a correção da referida deliberação, **proponho** que a Câmara aprove a correção da Deliberação n.º 13/2024, devendo assim, passar a ler-se 05/02.02.09, onde se lê 05/02.02.90.”

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 53/2024)

PROPOSTA SUBSCRITA PELA SENHORA VEREADORA SARA COELHO

CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2023/2024 – DECISÃO FINAL

Proposta n.º 45/2024, de 15 de fevereiro:



"Considerando a Informação n.º 6039, de 15 de fevereiro de 2024, do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura – Divisão de Educação, Juventude e Desporto, que apresenta os resultados da análise efetuada pelos serviços municipais na área da Educação, às 161 candidaturas rececionadas no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, referentes ao concurso público aberto para o ano letivo 2023/2024.

Considerando que da referida análise resultou a audiência de interessados de acordo com o artigo 17.º do Regulamento e estando reunidas as condições para prosseguimento do processo deve o mesmo ser submetido a decisão final, nos termos do ponto 1, do artigo 18.º do Regulamento.

Considerando que a Divisão Financeira emitiu a correspondente informação de disponibilidade de fundos e de dotação orçamental para a assunção da despesa em causa.

Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de 151 bolsas de estudo, nos termos do Regulamento em vigor."

O **Senhor Vereador Alexandre Nunes** perguntou qual a razão da demora na conclusão do concurso.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo foi aprovado em setembro o que fez com que o concurso tivesse início mais tarde. Informou ainda que como se tratou do primeiro ano do concurso ao abrigo do novo Regulamento houve uma análise mais cuidadosa do processo o que poderá ter levado a alguns atrasos.

A Câmara, de acordo com o disposto no ponto 1, do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, e ao abrigo da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta. Não votou o Senhor Vereador Pedro Moreira, por se considerar legalmente impedido.

(Deliberação n.º 54/2024)

PROPOSTA SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR ALEXANDRE NUNES

3 DE JUNHO – DIA MUNDIAL DA BICICLETA

Proposta n.º 48/2024, de 16 de fevereiro:

"O Dia Mundial da Bicicleta assinala-se anualmente a 3 de Junho. Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), este dia pretende celebrar o uso da bicicleta, do ciclismo e por conseguinte de um futuro mais sustentável.

Considerando que têm vindo insistentemente a alertar que o Planeta está a mudar. A dependência global dos combustíveis fósseis das sociedades tem vindo a causar inúmeros

impactos, dos quais se destacam as alterações climáticas e cujas consequências colocam a nossa sobrevivência em risco. É por isso imperativo que se considere a bicicleta e os modos suaves de mobilidade como um importante contributo para um futuro mais seguro, saudável e sustentável.

A opção por andar a pé, de bicicleta e outras modalidades de deslocação alternativas ao automóvel particular, em complementaridade e associadas ao incremento do transporte público colectivo, designadamente em meio urbano, apresentam inegáveis vantagens que justificam plenamente o incentivo e a promoção pública das mesmas.

Com efeito, a transferência de viagens e deslocações do automóvel particular para meios alternativos de mobilidade suave, para além dos evidentes benefícios para a saúde, decorrentes não apenas do exercício físico de quem a eles recorre, mas da melhoria em geral do ambiente urbano pela diminuição de emissões poluentes para a atmosfera, apresenta ainda assinaláveis vantagens em termos de humanização do espaço público, descongestionamento do trânsito e da via pública e, finalmente, na poupança da factura energética.

Importa ainda referir que Portugal, como produtor (e exportador) de bicicletas de qualidade que é, deve incentivar o uso da bicicleta também pelas vantagens económicas que daí advirão, incluídas as relacionadas com o cicloturismo.

Tem sido assunto tratado na Assembleia da República, por diversas vezes, propostas com vista a promover a mobilidade suave em geral e o uso da bicicleta em particular, destacando-se a criação de uma Rede Nacional de Ciclovias e a adopção de um Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e outros Modos de Transporte Suaves.

A CDU defende o uso mais generalizado da bicicleta no Concelho e a implementação de uma rede de ciclovias sustentável e segura, sendo totalmente favoráveis à construção destas infraestruturas, pelas questões de mobilidade e também ambientais, nomeadamente por ser benéfico para a melhoria da qualidade do ar, a redução de ruído, do tráfego e do congestionamento na cidade.

*Tendo em conta que a mobilidade é um factor fundamental para o desenvolvimento e a qualidade de vida no Concelho, e a importância de sinalizar o dia Mundial da Bicicleta o Vereador eleito pela CDU **propõe** que a Câmara Municipal de Lagos reunida a 21 de fevereiro de 2024 delibere:*

- 1. Comemorar o Dia Mundial da Bicicleta com a realização de um passeio de Bicicleta pelo Concelho, e uma sessão pública sobre o uso da bicicleta.*
- 2. Saudar os cidadãos e movimentos que se têm mobilizado pela defesa e promoção do uso dos modos de mobilidade suave, em particular da bicicleta.*
- 3. Inaugurar uma estação self-service de reparação e manutenção de bicicletas, em zona a*

definir.

4. Promover uma campanha de sensibilização para a coexistência harmoniosa e segura entre utilizadores de automóveis e utilizadores de bicicletas, com recurso a vários meios de comunicação.

5. Enviar a presente deliberação aos órgãos de comunicação social e publicar na página electrónica da Câmara Municipal na semana anterior ao Dia Mundial da Bicicleta.”

O **Senhor Presidente** informou que o terceiro ponto proposto poderia não ser exequível nesta altura e que o assunto seria remetido aos serviços municipais.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 55/2024)

APROVAÇÃO DE ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE JANEIRO DE 2024 A Câmara, por votação nominal deliberou por **unanimidade**, aprovar a ata da reunião pública ordinária realizada no dia 24 de janeiro de 2024, previamente distribuída ao Executivo Municipal.

(Deliberação n.º 56/2024)

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO

FINANÇAS MUNICIPAIS Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 20 de fevereiro de 2024, que acusava um saldo em dinheiro de 42 878 435,56 EUR (quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

ENCERRAMENTO

ATA EM MINUTA Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como do disposto no artigo 19.º do Regimento da Câmara Municipal de Lagos, e ainda do artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por **unanimidade**, aprovar a ata em minuta para efeitos da sua executoriedade imediata.

(Deliberação n.º 57/2023)

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente pelas 17 horas e 25 minutos,

declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição, da Câmara Municipal que a secretariou e mandou lavrar.




J. Ruijs Oub Staal

A ata foi aprovada, por Unanimidade,
em reunião de Câmara de
03 / 04 / 2024.

Deliberação n.º 92 / 2024

A Secretária,


(03 / 04 / 2024)